SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL: DO SURGIMENTO À CONSOLIDAÇÃO COMO IMPORTANTE INSTRUMENTO DE COMBATE À CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Clarissa Gurgel Aquino²⁷

RESUMO: A necessidade de isolar os líderes de facções criminosas que continuavam executando suas atividades delitivas mesmo encarcerados motivou a criação do Sistema Penitenciário Federal (SPF), com forte influência das *Supermax* dos Estados Unidos. Em âmbito federal, não há problemas de superlotação, rebeliões, fugas, agressões físicas contra presos, agressões sexuais, homicídios, apreensões de armas de fogo com internos e entrada de aparelhos celulares, convertendo-se em exemplo de cumprimento da Lei de Execução Penal. As 5 penitenciárias federais têm a mesma estrutura física e as mesmas regras de funcionamento. Os procedimentos são adotados com base em rigoroso Manual de Procedimentos de Segurança e Rotinas de Trabalho. A inclusão no SPF é medida excepcional e por tempo determinado. O Estado brasileiro mostrou-se capaz de assumir a responsabilidade pela custódia de seus presos, prestando-lhes as devidas assistências previstas em lei e sem afrontar direitos fundamentais. O combate à criminalidade precisa atuar em várias frentes, sendo uma delas o investimento em estabelecimentos prisionais.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário Federal. Lei de Execução Penal. Crime organizado.

SISTEMA PENITENCIARIO FEDERAL: DEL SURGIMIENTO A LA CONSOLIDACIÓN COMO UN INSTRUMENTO IMPORTANTE PARA COMBATIR EL CRIMEN ORGANIZADO

RESUMEN: La necesidad de aislar a los líderes de facciones criminales que continuaban realizando sus actividades delictivas incluso cuando estaban encarcerados motivó la creación del Sistema Penitenciario Federal Brasileño (SPF), con fuerte influencia de las *Supermax* de Estados Unidos. A nivel federal no hay problemas de hacinamiento, motines, fugas, agresiones físicas a reclusos, agresiones sexuales, homicidios, incautaciones de armas de fuego con presos e ingreso de celulares, convirtiéndose en un ejemplo de cumplimiento de la Ley de Ejecución Penal. Los 5 centros penitenciarios federales tienen la misma estructura física y las mismas reglas de funcionamiento. Los procedimientos se adoptan con base en un estricto Manual de Procedimientos de Seguridad y Rutinas de Trabajo. La inclusión en el SPF es una medida excepcional y por tiempo limitado. El Estado brasileño se ha mostrado capaz de asumir la responsabilidad por la custodia de sus presos, brindándoles la asistencia prevista por la ley y sin vulnerar los derechos fundamentales. La lucha contra el crimen necesita actuar en varios frentes, uno de los cuales es la inversión en prisiones.

Palabras clave: Sistema Penitenciario Federal. Ley de Ejecución Penal. Crimen organizado.

Recebido em 20 de agosto de 2022

Aprovado em 20 de abril de 2023

27 Ma. Clarissa Gurgel Aquino (USAL), Policial Penal Federal, Mestre em “Estrategias Anticorrupción y Políticas de Integridad” (Universidade de Salamanca, Espanha); Especialista em Criminologia, Direito e Processo Penal (UnP); Graduada em Direito (UFRN); Graduada em Letras/Espanhol (UERN); Lotada na Penitenciária Federal de Mossoró/RN desde 2009, atualmente em missão na Diretoria de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional; <https://orcid.org/0000-0002-7273-7912>; <http://lattes.cnpq.br/9945844924685892>; E-mail: clarissa.gurgel@mj.gov.br.

1 INTRODUÇÃO

A criminalidade sempre esteve presente nos diferentes estágios da sociedade. No entanto, a resposta penal ao comportamento desviante mudou ao longo dos anos.

Após os períodos da vingança privada, vingança divina e vingança pública, deu-se o surgimento das prisões durante a Idade Média, inicialmente como meio de purgação dos pecados, para depois se estabelecer como uma categoria de sanção, trazendo consigo uma série de problemas, principalmente de ordem humanitária e descumprimento de preceitos legais.

No Brasil, durante o período colonial, caracterizado pela imposição dos padrões culturais dos portugueses brancos aos indígenas e escravos africanos, utilizaram-se as *Ordenações do Reino* (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas), que consistiam num compilado de leis tratando dos mais diversos assuntos²⁸. Esse período foi marcado pela aplicação de penas extremamente brutais e desproporcionais, que não obedeciam ao princípio da reserva legal nem se exercia o direito à defesa. Não se observa aqui a existência de um sistema penitenciário, de modo que as prisões eram apenas locais onde o infrator aguardava a execução de sua pena.

28 As Ordenações do Reino de Portugal compilavam o direito positivo português, sendo a legislação em vigor naquele país e no Brasil durante vários séculos. A primeira delas, concluída em 1446, foi denominada de Ordenações Afonsinas, por ter sido sancionada durante o reinado de Dom Afonso V, tornando-se uma das primeiras coleções de leis da Idade Moderna. A partir de 1512, durante o reinado de D. Manuel I de Portugal, entraram em vigor as Ordenações Manuelinas, com o objetivo de adaptar a normativa até então vigente ao enorme crescimento do Império Português na Era dos Descobrimentos. As Ordenações Filipinas, por sua vez, foram sancionadas em 1595 por Felipe II da Espanha (Felipe I de Portugal) devido à reforma das Ordenações Manuelinas durante o domínio castelhano em Portugal. Para aprofundar o assunto, recomenda-se consultar: VELASCO, Ignácio Maria Poveda. Ordenações do reino de Portugal. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, 1994, vol. 89, p. 11-67.

No período imperial, o sistema penal brasileiro ainda estava vinculado à escravidão e submetido à vontade dos latifundiários. Tanto a Constituição de 1824 quanto o Código Penal de 1830 estabeleciam penas desiguais e cruéis para os escravos²⁹. Destaca-se, nessa época, a inauguração da Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro em 1850.

Depois da Proclamação da República no ano de 1889, promulgou-se um novo Código Penal, que previa a pena privativa de liberdade como eixo do sistema penal. Seguindo essa mesma orientação, na Constituição Republicana, as penas de prisão eram utilizadas como meio para regenerar os criminosos³⁰. Eis que aqui surge o problema da superlotação dos presídios brasileiros, uma vez que, a despeito das mudanças legal e constitucional, não foram construídos novos estabelecimentos penitenciários.

O Código Penal ainda hoje vigente foi promulgado em 1940³¹. Ele considera o sistema progressivo como o mais adequado para atingir os objetivos almejados pela pena de prisão,

29 A Constituição Política do Império do Brasil, também conhecida como Constituição de 1824, foi a nossa primeira *Lex Mater*, outorgada em 25 de março de 1824 pelo Imperador D. Pedro I, e revogada em 24 de fevereiro de 1891. Em seu artigo 179, determinava a organização o mais breve possível de um Código Civil e outro Penal. Assim, o Código Criminal do Império do Brasil foi sancionado em 16 de dezembro de 1830, substituindo o Livro V das Ordenações Filipinas. Por outro lado, o Código Civil só foi sancionado no período republicano.

30 Em 15 de novembro de 1889, a república foi proclamada no Brasil, resultando na necessidade de mudanças legais e constitucionais. Desse modo, por meio do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, promulgou-se um novo Código Penal. Seu artigo 43 dispunha sobre as modalidades de penas que poderiam ser estabelecidas, com prevalência das privativas de liberdade. Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição republicana do país, denominada de Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, o que ratificou a tendência do referido Código Penal de priorizar as penas de prisão.

31 Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

determinando seu cumprimento em quatro etapas, numa clara adoção do modelo irlandês³².

Outro marco importante na história das prisões brasileiras foi a promulgação da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84 - LEP), que contém normas sobre direito processual penal e penitenciário. A LEP dispôs sobre a possibilidade de a União construir estabelecimentos penais para abrigar infratores quando necessário para atender aos interesses da segurança pública ou do próprio preso.

Por conseguinte, diante dos diversos problemas que o sistema estadual vinha enfrentando, destacando-se a criação de organizações criminosas violentas dentro das próprias prisões, com atuação, inclusive, no tráfico internacional de substâncias entorpecentes, foi criado o Sistema Penitenciário Federal (SPF) no ano de 2006, objetivando isolar e monitorar os líderes de facções criminosas que continuavam levando a cabo suas atividades delitivas mesmo estando encarcerados.

De 2006 até o presente, foram construídos cinco presídios federais, baseados no modelo americano *Supermax*³³. Diferentemente da realidade

ainda observada em parte significativa dos estabelecimentos estaduais, em âmbito federal, em geral, percebe-se maior cumprimento da lei, o que possivelmente tem resultado em baixos índices de corrupção.

Para realizar este estudo, será analisado o contexto social em que se encontrava o Brasil no início do século XXI, bem como serão apresentadas as principais características que diferenciam o SPF do modelo estadual, pelo que se procurará responder à seguinte questão: *quais razões motivaram a criação do Sistema Penitenciário Federal?*

Levando em conta o problema apresentado, formulou-se a seguinte hipótese: *as penitenciárias federais foram estruturadas com normas mais rígidas em termos de controle e fiscalização dos presos e dos próprios servidores diante da necessidade de isolar líderes de facções criminosas.*

Dessa forma, por ser um tema relevante e atual, o objetivo da presente pesquisa é *analisar os motivos pelos quais se fez necessária a criação de um sistema de cumprimento de pena sobremaneira rígido, contudo, em consonância com os ditames do Estado Democrático de Direito. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se averiguar os antecedentes históricos da pena de prisão, demonstrar os principais problemas enfrentados pelas penitenciárias estaduais e destacar a importância dos ditames da Lei de Execução Penal.*

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL

A execução penal no Brasil é hoje regulada pela Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Anteriormente havia um regime penal, processual e penitenciário conforme o pensamento e a experiência europeus, que, em muitos aspectos, desviava-se da realidade brasileira. Assim, criou-se um órgão reitor da política penitenciária nacional,

32 Os primeiros sistemas penitenciários nasceram nos Estados Unidos, destacando-se o pensilvânico, o auburniano e os progressivos. O sistema pensilvânico ou filadélfico baseava-se no isolamento celular absoluto. O sistema auburniano, por sua vez, adotou a regra do silêncio absoluto, mas permitia que os reclusos trabalhassem em suas celas e, posteriormente, em pequenos grupos. Já os sistemas progressivos (inglês e irlandês), caracterizavam-se por serem menos rígidos que os anteriores. O modelo inglês era dividido em três etapas: a) isolamento celular por nove meses; b) obras públicas em comum durante o dia e isolamento à noite; c) liberdade condicional após o cumprimento de $\frac{3}{4}$ da pena. O sistema irlandês acrescentou outra etapa: a) isolamento celular; b) trabalho comum durante o dia, com isolamento noturno; c) serviço externo durante o dia e confinamento noturno; d) liberdade condicional após o cumprimento de $\frac{3}{4}$ da pena.

33 As *Supermax* são prisões construídas nos Estados Unidos com a finalidade de abrigar os piores tipos de presos, ou seja, aqueles considerados oficialmente violentos ou com comportamento transgressivo mesmo estando recolhidos em estabelecimento prisional. Por essa razão, as *Supermax* possuem nível de segurança e proteção mais elevados do que outras prisões.

mais conectado com as características específicas do país.

A primeira tentativa de consolidação das regras sobre execução penal no Brasil ocorreu com o anteprojeto do Código Penitenciário da República, em 1933, cuja discussão foi impedida com o advento do Estado Novo³⁴.

No período republicano, foi aprovada a Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957³⁵, que estabeleceu regras gerais aplicáveis ao sistema penitenciário. A lei era bastante avançada para a época, pois continha normas relacionadas à dignidade e ao exercício dos direitos dos presos, mas foi rapidamente considerada ineficaz porque não impunha sanções pelo descumprimento das normas estabelecidas.

Em 1963, foi elaborado o anteprojeto de um Código de Execuções Penais, mas não prosperou devido ao Golpe Militar de 1964, que implantou a ditadura no Brasil.

Finalmente, em 1981, após o I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária³⁶, uma comissão de juristas ficou encarregada de redigir outro projeto de Lei de Execução Penal, que se converteu na ainda vigente Lei nº 7.210/1984.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO ART. 86, §1º, DA LEP

Diante da variedade de direitos assegurados aos custodiados no cumprimento da pena, bem como sua finalidade ressocializadora, a doutrina brasileira considera a Lei de Execução Penal um dos diplomas mais avançados do mundo³⁷. No

entanto, na prática, há um claro descumprimento de inúmeros dispositivos da sobredita lei, principalmente no que diz respeito às assistências prestadas (ou não) aos detentos.

Em conformidade com princípios e normas internacionais, os artigos 10 e 11 da LEP estabelecem que o Estado tem o dever de prestar assistência ao preso, a fim de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Essa assistência abrange diversas áreas: material, de saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Portanto, o preso tem direito à alimentação, vestuário e instalações higiênicas (art. 12); cuidados de saúde preventivos e curativos, incluindo assistência médica, farmacêutica e odontológica (art. 14); assistência jurídica se não tiver recursos financeiros para constituir advogado (art. 15); instrução escolar e formação profissional (art. 17); preparação social e psicológica para o retorno à liberdade (art. 22); e assistência religiosa, com liberdade de culto (art. 24)³⁸. Além disso, o artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, garante aos presos, entre outros direitos, o respeito à sua integridade física e moral.

Infelizmente, a prática cotidiana sempre demonstrou uma grande distância entre o que está escrito na LEP e na Carta Magna e a realidade dos presídios estaduais. A inércia do aparelho estatal impede o cumprimento satisfatório das referidas normas, ocorrendo frequentemente situações extremas, nas quais os presos são submetidos a condições de vida subumanas, *trancafiados* em estabelecimentos penais onde reina o caos. Nas palavras do professor Walter Nunes, "as instalações precaríssimas dos presídios fazem com que eles pareçam masmorras medievais, meros depósitos de seres humanos, sem o menor valor aos direitos

34 O Estado Novo ou Terceira República foi o regime político brasileiro estabelecido pelo então presidente Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, por meio de um golpe de Estado, vigorando até 31 de janeiro de 1946. Suas principais características eram a centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo. É considerado precursor da ditadura militar no Brasil.

35 Revogada pela Lei nº 7.210/1984 – Lei de Execução Penal (LEP).

36 Realizado entre os dias 27 e 30 de novembro de 1981, na cidade de Brasília/DF.

37 GUIMARÃES, Mariana. Execução Penal: o que diz a Lei? Qual sua finalidade? (...): "A Lei de Execução Penal do

Brasil é, sem dúvidas, considerada uma das mais avançadas do mundo. A nossa LEP instiga a recuperação dos indivíduos e, como resultado, traz uma série de mandamentos com a finalidade de ressocialização. Se aplicada de forma correta, dá uma contribuição significativa para o desenvolvimento social do país".

38 11 BRASIL. Lei nº 7.210...cit.: as assistências são descritas nos artigos 10 a 27.

fundamentais" (SILVA JÚNIOR, 2020, posição 433).

O tácito abandono do sistema prisional e seu grave problema de gestão, além de representarem uma afronta aos direitos da pessoa privada de liberdade, também contribuem para o aumento da reincidência criminal, já que o preso geralmente sai da prisão pior do que entrou, estigmatizado e sem perspectivas de levar uma vida digna. É certo que “o sistema não procura resolver as deficiências apresentadas pela pessoa, tão somente exerce sobre ela um controle incapaz de demovê-las da criminalidade e de devolvê-las à vida em sociedade” (PRADO, 2019, posição 1396).

O que ainda sucede em parte do sistema prisional brasileiro é praticamente o contrário de tudo que a LEP defende. A falta de assistência e a reincidência não são os únicos fatores que desencadeiam a crise presente. Há também um grave problema de superlotação, acentuado pela falta de servidores.

Na verdade, muitas vezes o Estado só cumpre o que é realmente inescusável, como o fornecimento de alimentação aos detentos, que reiteradamente não atende aos padrões mínimos de qualidade. Uma conjuntura marcada pela falta de assistência, o abandono e a superlotação conduz a um mal-estar permanente dentro das prisões, com a consequente eclosão de rebeliões.

De acordo com Elson Mesquita de Araújo:

Na ausência ou omissão do Estado na assistência e acompanhamento do apenado, surgiram nas prisões do Brasil as facções criminosas que dali começaram a comandar as rebeliões e até crimes fora do ambiente prisional, transformando, ironicamente, os presídios brasileiros num local seguro para a prática de crimes. Ali, os chefões dos presídios fazem as próprias leis e quem não as segue termina executado numa demonstração de um poder paralelo onde eles, os líderes dos presídios, usurpam o direito de quem deve ou não morrer e dessa forma impõem obstáculos ao que seria o processo de ressocialização. (ARAÚJO, 2016, posição 1014)

A questão da filiação a facções é complexa, pois muitas vezes é a única maneira de os

criminosos sobreviverem dentro e fora da prisão, dado esse cenário de ineficiência estatal. A facção protege seus membros e suas respectivas famílias, suprindo demandas pessoais, como a contratação de advogados e o pagamento de *pensões* às famílias. No entanto, o preço para usufruir de tais *vantagens* é alto: uma vez solto, o ex-presidiário deve continuar obedecendo às ordens dos líderes da facção da qual faz parte, o que implica na prática de mais crimes, sob pena de ser assassinado.

Embora a LEP garanta que os condenados serão classificados segundo seus antecedentes e personalidade, a fim de orientar a individualização da execução penal (art. 5º), na prática, geralmente os presos são divididos de acordo com a facção criminosa a que pertencem. A drástica consequência dessa desobediência legal é que presos primários, que cometeram crimes menos graves, são colocados ao lado de presos mais experientes, que desempenham papéis de destaque dentro das facções, transformando as prisões em verdadeiras escolas de crime³⁹.

Assim, observa-se que o sistema prisional brasileiro é assolado pelos mais graves problemas, razão pela qual não cumpre sua função ressocializadora. Ao contrário, o que se vê, via de regra, é um ambiente prisional comandado pelos próprios presos, que também ordenam o cometimento de crimes *extramuros*.

A lei do mais forte que prevalece dentro dos presídios favorece as brigas internas e já resultou em mortes por decapitação, esquartejamento e chacinas, com ênfase para as ocorridas nos presídios do Carandiru, em São Paulo (1991); Pedrinhas, no Maranhão (2010 e 2013); Alcaçuz, no Rio Grande do Norte (2017); e no

39 PRESÍDIOS brasileiros são *escolas de crime*, diz ministra. **IstoÉ**, 21 jan. 2016. Brasil (...): corroborando o termo constantemente utilizado no Brasil para se referir ao sistema penitenciário, seja em âmbito jurídico ou de maneira popular, a então Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, afirmou que os presídios brasileiros são *escolas de crime*.

Complexo Penitenciário Anísio Jobim, no Amazonas (2017 e 2019)⁴⁰.

Nesse contexto caótico e extremamente preocupante, os governantes brasileiros obviamente perceberam que algo precisaria ser feito. Assim, em 1º de dezembro de 2003, foi promulgada a Lei nº 10.792, modificando diversos dispositivos da LEP e do Código de Processo Penal (CPP).

Possivelmente a mudança mais importante foi com relação ao artigo 86, §1º, da LEP, que passou a vigorar com a seguinte redação: “A União Federal poderá construir estabelecimento penal em local distante da condenação para recolher os condenados, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado”⁴¹.

Não obstante a redação original do art. 86, §1º, já preconizasse a criação, pela União Federal, de estabelecimentos penais para recolher, mediante decisão judicial, os condenados à pena superior a 15 (quinze) anos, com fundamento no interesse da segurança pública ou do próprio condenado, o Governo Federal ainda não havia se dado conta da iminente necessidade de construir tais presídios, agravando ainda mais a crise.

Desse modo, em fevereiro de 2001, a facção criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital (PCC) liderou de maneira sincrônica uma das maiores rebeliões carcerárias de todos os tempos, com a revolta simultânea de 29 penitenciárias no estado de São Paulo, duração de 27 horas e um total de 16 mortos e 77 feridos⁴².

Entre fevereiro e março de 2003, os juízes Antônio José Machado Dias e Alexandre Martins

de Castro foram assassinados, num intervalo de 10 dias, também por ordem do PCC, em virtude de combaterem o crime organizado.

A isso se soma o fato de que, em 2005, o estado do Rio de Janeiro revelou que não poderia manter em seu sistema prisional o temido traficante de drogas Fernandinho Beira-Mar, que até hoje se pode dizer que é um dos presos mais famosos do Brasil, dada a repercussão na imprensa de seus feitos cruéis. Além disso, nenhum outro estado da federação estava disposto a assumir esse ônus.

Felizmente, em 2006, ainda sob regulamentação precária e provisória, foram inauguradas as primeiras penitenciárias federais do país, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, atendendo às disposições do art. 86, §1º, da LEP, o que representou uma mudança bastante significativa na organização do sistema prisional brasileiro.

2.3 ORIGEM E FINALIDADE DO SPF

As instituições prisionais estatais, em vez de cumprirem com a missão de combater a violência e reabilitar os condenados, converteram-se em ambientes propícios para a prática de outros delitos, culminando no surgimento de facções criminosas.

Diante deste preocupante cenário, o Brasil criou o Sistema Penitenciário Federal (SPF), inspirado no modelo das *Supermax* dos Estados Unidos da América, no qual, até os dias de hoje, não há registro de fugas, rebeliões ou entrada de materiais ilícitos, convertendo-se em exemplo de cumprimento da Lei de Execução Penal, principalmente no tocante às assistências oferecidas aos presos.

De acordo com os artigos 71 e 72 da LEP, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), é órgão central e estratégico que se encarrega de planificar e executar a política penitenciária nacional, de forma a coordenar e

40 SILVA JÚNIOR, Walter Nunes. **Execução Penal...**cit., posição 10919.

41 BRASIL. **Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências (...).

42 PCC lidera motim em 29 presídios de SP. **Memorial da Democracia**, 18 fev. 2001 (...).

supervisar os estabelecimentos penais federais, ou seja, trata-se de órgão superior do sistema penitenciário, integrado pelo Sistema Penitenciário Federal e pelos sistemas penitenciários estaduais.

Embora não tenha havido alteração no texto da LEP nessa parte, o Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023, excluiu o DEPEN da estrutura organizacional do MJSP, criando, em seu lugar, a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), de forma a determinar expressamente que a esta Secretaria cabe exercer as competências estabelecidas nos supramencionados artigos 71 e 72 da Lei de Execução Penal⁴³.

43 BRASIL. **Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023**...cit.: “Art. 31. À Secretaria Nacional de Políticas Penais cabe exercer as competências estabelecidas nos art. 71 e art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, e, especificamente: I - planejar e coordenar a política nacional de serviços penais; II - acompanhar a aplicação fiel das normas de execução penal no território nacional; III - inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos e os serviços penais; IV - prestar apoio técnico aos entes federativos quanto à implementação dos princípios e das regras da execução penal; V - colaborar técnica e financeiramente com os entes federativos quanto: a) à implantação de estabelecimentos e serviços penais; b) à formação e à capacitação permanente dos agentes públicos prestadores dos serviços penais; c) à implementação de políticas de educação, de saúde, de trabalho, de assistência social, cultural, religiosa e jurídica e de respeito à diversidade e às questões de gênero, para promoção de direitos das pessoas privadas de liberdade e dos egressos do sistema prisional; d) à implementação da Política Nacional de Alternativas Penais e ao fomento às alternativas ao encarceramento; e e) à implementação da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional; VI - coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais; VII - processar, analisar e encaminhar, na forma prevista em lei, os pedidos de indultos individuais; VIII - gerir os recursos do Fundo Penitenciário Nacional; IX - autorizar os planos de correição e determinar a instauração de procedimentos disciplinares no âmbito da Secretaria; X - apoiar e realizar ações destinadas à formação e à capacitação dos operadores da execução penal; XI - elaborar estudos e pesquisas sobre a legislação penal; XII - promover a gestão da informação penitenciária e consolidar, em banco de dados nacional, informações sobre os sistemas penitenciários federal e dos entes federativos; e XIII - propor estratégias para assegurar a participação e o controle social nos processos de formulação, de implementação, de monitoramento e de avaliação das políticas de gestão da Secretaria.

Portanto, o SPF, coordenado pela SENAPPEN, é constituído pelo conjunto de unidades federais de execução penal e representa um regime concebido com a finalidade de combater o crime organizado, isolando as lideranças criminosas e os presos de alta periculosidade⁴⁴. Tem como principais objetivos o isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da LEP e custódia de: presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados.

O SPF não foi concebido para solucionar o problema da superlotação nos presídios estaduais nem para o cumprimento integral da pena, mas para ser utilizado em situações especiais, em que haja a necessidade de submeter o preso a um regime fechado com maior rigor em termos de isolamento, com a finalidade de garantir a segurança da população ou porque há presos que precisam de proteção especial. Devem também servir de exemplo de gestão penitenciária, conduzindo à melhoria do sistema estadual.

Conforme mencionado, os presídios federais foram pensados para isolar os principais líderes de organizações criminosas e impedir que os presos do SPF criem facções ou fortaleçam as existentes. Por essa razão, o interno⁴⁵ deve ser devolvido ao sistema estadual quando não houver mais motivo para a sua custódia em âmbito federal.

44 BRASIL, **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Ministério da Justiça e Segurança Pública (...).

45 Os presos custodiados em penitenciárias federais são chamados de internos.

2.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS PENITENCIÁRIAS FEDERAIS:

Todas as penitenciárias federais têm a mesma estrutura física e mesmas regras de funcionamento, seguindo um rigoroso *Manual de Procedimentos de Segurança e Rotinas de Trabalho no âmbito do Sistema Penitenciário Federal*. Projetados para abrigar principalmente os líderes de facções criminosas que continuaram realizando seus *negócios* dentro dos presídios estaduais, cada estabelecimento ocupa uma área aproximada de 12.300 metros quadrados, possuindo 4 pavilhões (vivências), com capacidade para alojar um total de 208 homens em celas individuais, cujas paredes são de concreto armado para evitar explosões e possíveis tentativas de fuga.

Cada cela possui 6 metros quadrados e conta com móveis também de concreto, constituídos por cama, mesa, bancada, prateleiras, chuveiro, pia e vaso sanitário, com algumas adaptações nas celas destinadas a portadores de necessidades especiais. Além disso, não há equipamentos elétricos nas celas, tampouco tomadas elétricas, de forma que o controle de luz é feito por policiais penais.

No Setor de Isolamento existem 12 celas para presos que se encontram realizando a quarentena do período de inclusão ou em cumprimento de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), as quais têm o dobro do tamanho das celas comuns, uma vez que dispõem de espaço próprio para banho de sol⁴⁶. Neste ponto, esclarece-se que,

embora o banho de sol no Setor de Isolamento seja realizado durante duas horas por dia, individualmente e na própria cela, o banho de sol dos demais presos pode ocorrer com um máximo de 13 internos, no mesmo horário e em local específico para esta atividade (pátio de banho de sol da vivência).

Existem 3 celas no Setor de Saúde para receber presos que estão doentes e precisam de cuidados especiais. Há também duas celas na Triagem, com 4 leitos cada, apenas para recolher os internos durante o processo de inclusão, que termina no mesmo dia da chegada, já que não há celas para custódia coletiva nas penitenciárias federais.

Esses estabelecimentos contam com um rígido sistema de fiscalização para internos, funcionários e visitantes, com o auxílio de detectores de metais, aparelhos de raios-x e um completo sistema de monitoramento eletrônico, exceto dentro das próprias celas⁴⁷, com mais de 200 câmeras em funcionamento 24 horas por dia, cujas imagens são exibidas em tempo real no Setor de Monitoramento Eletrônico da Unidade, bem como no Setor de Monitoramento Central do DEPEN, em Brasília/DF.

Pode-se considerar que o projeto arquitetônico dos presídios federais, juntamente com um sistema de monitoramento eletrônico de todas as suas instalações, são exemplos modernos da ideia de Panoptismo⁴⁸, aplicado de forma mais tecnológica.

46 De acordo com os princípios contidos na Constituição Federal e na LEP, como também para garantir o respeito à integridade física e moral dos detentos, todo presídio brasileiro deve ter um pátio para os custodiados tomarem sol, momento em que têm contato direto com a luz solar, exercitam-se e convivem com outros presos (na maioria dos casos). Nesse sentido, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC 172.136, reconheceu que todas as pessoas presas, independente do estabelecimento penitenciário que se encontrem, têm direito a pelo menos duas horas de banho de sol por dia, medida importante para evitar uma série de doenças.

BRASIL. Governo do Brasil. **Conheça o Sistema Penitenciário Federal**, 8 dez. 2019 (...).

47 Só é possível visualizar os presos que estão ocupando as celas do Setor de Saúde, pois geralmente precisam ser monitorados 24 horas por dia devido a questões de saúde ou segurança. Ao contrário das celas comuns, que têm uma porta de ferro, essas celas têm grades, permitindo que câmeras colocadas em um pátio externo foquem seu interior.

48 O Panoptismo foi uma teoria desenvolvida pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, em 1785. Designa uma penitenciária ideal, na qual um único guarda pode observar todos os presos sem que eles possam saber se estão sendo vigiados ou não. O termo tornou-se popular através das obras de Michel Foucault.

Cada Unidade conta com mais de 250 funcionários, entre os policiais penais e o pessoal técnico especializado (enfermeiros, dentistas, farmacêuticos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais etc.), os quais receberam uma rigorosa formação antes de assumirem o cargo, necessitando de reciclagem frequente. Assim, além dos servidores terceirizados do Setor Administrativo, Limpeza e Manutenção Predial, existem 3 categorias de servidores públicos que atuam nos presídios federais, são eles: Polícia Penal Federal (antigos Agentes Federais de Execução Penal), Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.

Tendo em conta que a inclusão no SPF é uma medida excepcional e por tempo determinado, o período de permanência do interno será de até 3 anos, renovável por iguais períodos, quando solicitado motivadamente pelo juízo de origem, nos termos do art. 10, *caput* e §1º, da Lei nº 11.671/2008⁴⁹, alterada em 2019. Durante esse período, é comum o preso mudar de penitenciária federal, inclusive várias vezes, pois periodicamente, por razões de segurança, são realizados traslados de internos entre as penitenciárias federais.

O Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009, elaborado para regulamentar a referida lei, elenca os atributos necessários para que um preso seja incluído ou transferido para um presídio federal. Para tanto, o preso deve possuir pelo menos uma das seguintes características: I - ter desempenhado função de liderança ou participado de forma relevante em organização criminosa; II - ter praticado crime que coloque em risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem; III - estar submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado - RDD; IV - ser membro de quadrilha ou bando, envolvido na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça; V - ser réu

49 BRASIL. Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008. Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências (...).

colaborador ou delator premiado, desde que essa condição represente risco à sua integridade física no ambiente prisional de origem; ou VI - estar envolvido em incidentes de fuga, de violência ou de grave indisciplina no sistema prisional de origem⁵⁰.

Em suma, por se tratar de medida excepcional e temporária, o preso pode cumprir parte da pena em penitenciária federal se isso for o mais adequado para sua própria proteção ou para preservar a segurança pública.

Além de cumprir a função de isolar presos perigosos, também se realizam projetos de reabilitação e reinserção social nos presídios federais, em consonância com os ditames da LEP e das Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras Nelson Mandela)⁵¹. É prestada assistência material, de saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, entre outras, garantindo direitos como alimentação balanceada com orientação nutricional, redução de pena pelo estudo, entrevista pessoal com advogado, visita familiar em parlatório ou virtualmente e contato com o mundo exterior através de correspondência escrita, leitura e outros meios de informação.

Ao chegar à penitenciária, o interno recebe vestimenta pessoal completa, material de higiene e colchão antichamas, além de itens de mesa e banho. A assistência médica, odontológica, psicológica, social e jurídica é prestada dentro do próprio presídio. Existem salas de aula destinadas ao ensino regular ou profissional, e o aprendizado é complementado por meio de um projeto de remição pela leitura.

50 BRASIL. Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009. Regulamenta a Lei no 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou a sua transferência para aqueles estabelecimentos, e dá outras providências (...).

51 UNODC: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela) (...).

É importante perceber que se trata de um Sistema relativamente novo e, portanto, pendente de alguns ajustes, como ocorreu com a situação das visitas aos presos. Apesar de toda rigidez dos procedimentos, havia uma grande falha dentro do SPF quando se permitia o contato físico dos internos com outras pessoas durante as visitas sociais e íntimas, ocasiões em que os presos enviavam ordens ao mundo exterior, algumas das quais determinando o assassinato de policiais e outras autoridades envolvidas na execução penal.

Esse problema já foi resolvido e, tanto o contato dos presos com seus advogados quanto com seus familiares, são monitorados por policiais penais. Em primeiro lugar, a Portaria nº 718 do MJSP, de 28 de agosto de 2017⁵², proibiu visitas íntimas dentro de presídios federais, considerando que esse contato servia como ferramenta para coordenar e executar ordens em benefício de organizações criminosas e tentativas de entrada de objetos e substâncias ilícitas nas instituições prisionais, trazendo fragilidades para a manutenção da ordem, disciplina e segurança, tanto interna quanto externamente.

Posteriormente, a Portaria nº 157 do MJSP, de 12 de fevereiro de 2019⁵³, proibiu visitas sociais com contato físico, permitindo-as apenas em parlatórios ou por videoconferência, exceto em relação ao preso que, no período de 360 dias, apresentasse excelente comportamento, a fim de aliar questões de segurança com a manutenção dos laços familiares e sociais.

Ratificando esse entendimento que já vinha sendo utilizado e para dar maior respaldo à proibição de visitas com contato físico, a Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019⁵⁴, reiterou a

proibição de visitas íntimas e sociais, independentemente do tempo de permanência no SPF, exceto para a situação de presos que não estejam incluídos no interesse da segurança pública. Assim, as visitas são realizadas em instalações equipadas para evitar o contato físico e a passagem de objetos, sendo registradas e monitoradas em tempo real por servidores da Unidade.

É importante destacar que o SPF foi concebido em regime excepcional, acompanhado de medidas restritivas, que devem ser implementadas para que o próprio Sistema não resulte ineficaz. Dessa forma, o acompanhamento das conversas no parlatório é uma restrição justificada, proporcional e necessária e, de acordo com o professor Walter Nunes, “decisão desse jaez não afronta o direito à intimidade, pois, em compasso com as Regras de Mandela, conquanto seja um direito do interno se comunicar periodicamente com as suas famílias e amigos, a permissão nesse sentido deve ser feita sob a necessária supervisão” (SILVA JÚNIOR, 2020, posição 6176)⁵⁵.

Especificamente no que diz respeito ao acompanhamento de conversas entre presos e advogados, continua o professor:

Cabe agregar que os direitos à inviolabilidade da intimidade e da advocacia, presentes nas relações entre os presos e os advogados, assim como os direitos fundamentais em geral, não são absolutos, de modo que, quando necessário, podem ser flexibilizados, a fim de que seja cumprida a finalidade do encarceramento, prevalecendo, no caso, a segurança pública, que é, na perspectiva objetiva, igualmente um direito fundamental, oriundo do dever de proteção eficiente do Estado (art. 5º, *caput*, e art. 144, primeira parte, da Constituição). (SILVA JÚNIOR, 2020, posição 6204)

Além disso, há restrições processuais ao uso dessas conversas como prova por parte do

52 BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 718, de 28 de agosto de 2017**. Regulamenta a visita íntima no interior das Penitenciárias Federais (...).

53 BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 157, de 12 de fevereiro 2019**. Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências (...).

54 BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal (...).

55 UNODC: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)**...cit.: “Regra 58: 1. Os reclusos devem ser autorizados, sob a necessária supervisão, a comunicar periodicamente com as suas famílias e com amigos: a) por correspondência e utilizando, se possível, meios de telecomunicação, digitais, eletrônicos e outros; e b) através de visitas?”.

Ministério Público. Importa destacar que o cerne essencial do direito à assistência judiciária permanece intocado, pois os advogados não são impedidos de atuar devido ao monitoramento. Portanto, não há prejuízo à inviolabilidade do exercício da advocacia, nos termos descritos na Carta Magna⁵⁶ e no Estatuto da Advocacia⁵⁷, desde que a medida não seja clandestina e que se proíba a utilização do conteúdo das gravações como prova de crimes cometidos antes de entrar na prisão, conforme o disposto no artigo 3º, §3º, da Lei nº 11.671/200858. Destarte, antes de iniciar a captação de áudio dos diálogos dos internos, o diretor da Unidade deve comunicar a todos eles, por escrito, que as conversas serão monitoradas.

A grande conquista do Governo Federal com as penitenciárias federais foi a construção de estabelecimentos onde, até o momento, não há registros de fugas, rebeliões, superlotação, agressões físicas contra presos, homicídios, agressões sexuais, apreensões de armas de fogo com os detentos e entrada de aparelhos telefônicos. Destaca-se, também, a cultura de integridade adotada pelos servidores, com uma Corregedoria atuante e nível irrisório de corrupção.

Pode-se dizer que as nossas penitenciárias federais são uma mescla entre as regras e procedimentos próprios das Supermax e os preceitos da Lei de Execução Penal, ou seja,

propõem-se a aplicar a rigidez das prisões estadunidenses, mas sem olvidar os direitos e deveres dos reclusos contidos na LEP.

Por conseguinte, criou-se um sistema com características únicas no âmbito federal, que, via de regra, em muito se difere das penitenciárias estaduais, a começar pela estrutura física, oferta de material de trabalho e qualificação de pessoal.

Desde a inauguração do primeiro presídio federal em 2006, por se tratar de algo novo, inédito no Brasil, os servidores se propuseram a atuar sem os vícios e práticas ilegais eventualmente observados em seus ofícios anteriores, criando-se uma cultura de integridade ainda presente, estendida a cada nova penitenciária federal construída.

2.5 AS CINCO PENITENCIÁRIAS FEDERAIS

Hoje o Brasil conta com 5 penitenciárias federais, localizados nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul, além de um projeto em andamento para a construção do sexto presídio federal também na região sul do país. Isto significa que são 1.040 vagas disponíveis em todo o SPF.

A Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT), localizado na região oeste do estado do Paraná, a 476 quilômetros da capital Curitiba, foi o primeiro presídio federal a ser construído, inaugurado em 23 de junho de 2006. O primeiro preso a ingressar no SPF foi o conhecido traficante Fernandinho Beira-Mar, líder da facção criminosa Comando Vermelho (CV), que, diante da periculosidade e por razões de segurança, até hoje se encontra sob custódia federal. Ainda em 2006, mais precisamente em 21 de dezembro, foi inaugurada a Penitenciária Federal de Campo Grande (PFCG), localizada na capital do estado do Mato Grosso do Sul.

Após três anos, foram inauguradas outras duas unidades federais: a Penitenciária Federal de Porto Velho (PFPV), em 19 de junho de 2009, localizada na capital do estado de Rondônia; e a Penitenciária Federal de Mossoró (PFMOS), em 3

56 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**...cit.: “Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

57 BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) (...): “Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça. § 3º No exercício da profissão, o advogado é inviolável por seus atos e manifestações, nos limites desta lei. Art. 7º São direitos do advogado: II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia”.

58 BRASIL. **Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008**. Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências (...).

de julho de 2009, localizada na zona rural da cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, a quase 300 quilômetros da capital Natal⁵⁹.

A Penitenciária Federal de Brasília (PFBRA) foi a última a ser inaugurada, em 16 de outubro de 2018, e está localizado na capital do Distrito Federal. A intenção do Governo Federal é construir mais presídios, porém, o único projeto atualmente em execução é o da construção da Penitenciária Federal de Charqueadas, no Rio Grande do Sul, a 60 quilômetros da capital Porto Alegre, com entrega inicialmente prevista para o ano de 2023.

Os cinco presídios federais cumprem rigorosamente os ditames da LEP que são compatíveis com os fins a que se destinam e conseguem isolar efetivamente os líderes das facções criminosas. Nesse sentido, o professor Walter Nunes entende que:

Costuma-se asseverar que o Sistema Penitenciário Federal é a parte do Brasil que deu ou dá certo. É a demonstração inequívoca de que é possível dar uma virada copérnica na inaceitável imagem que se tem dos presídios estaduais. Revela, ainda, que o Estado é capaz, sim, de assumir a responsabilidade da custódia dos presos e ser eficiente na prestação dessa atividade essencial para efetivar os direitos fundamentais nas suas perspectivas subjetiva e objetiva. (SILVA JÚNIOR, 2020, posição 3446)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou as razões que conduziram à criação do Sistema Penitenciário Federal brasileiro, destacando suas principais características, as quais o diferenciam dos estabelecimentos prisionais estaduais.

Em primeiro lugar, apresentou-se os antecedentes históricos da Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984, isto é, a Lei de Execução Penal até hoje vigente.

Em seguida, verificou-se que a criação do SPF ocorreu com base na supracitada lei, ressaltando-se a importância de seu art. 86, §1º, que

autorizou a União Federal a construir estabelecimentos penais em locais distantes da condenação, quando a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio condenado.

Nesse cenário, aprofundou-se o estudo do tema, explorando as assistências legais asseguradas aos presos e as omissões governamentais nesta seara, que ocasiona afronta aos direitos da pessoa privada de liberdade. No mais, foram expostos problemas que converteram os presídios estaduais em ambientes propícios para a prática de delitos, sob o domínio de facções criminosas.

Também se discorreu sobre as principais características das penitenciárias federais, projetadas principalmente para a custódia dos líderes de organizações criminosas que continuaram realizando atividades ilícitas mesmo após a prisão.

Em relação ao questionamento feito na Introdução, ou seja, *quais razões motivaram a criação do Sistema Penitenciário Federal?*, pôde-se concluir que foi diante do cenário caótico em que se encontrava o sistema prisional brasileiro no início dos anos 2000, com constantes rebeliões e domínio pleno de facções, confirmando a hipótese exposta anteriormente, a qual considerava que as penitenciárias federais foram estruturadas com normas mais rígidas em termos de controle e fiscalização dos presos e dos próprios servidores devido à necessidade de isolar líderes de organizações criminosas.

Os objetivos propostos também foram alcançados, já que se analisaram as razões motivadoras da criação de um sistema de cumprimento de pena sobremaneira rígido, contudo, em consonância com os ditames do Estado Democrático de Direito, bem como foram averiguados os antecedentes históricos da pena de prisão, foram demonstrados os principais problemas enfrentados pelas penitenciárias estaduais e muito se enfatizou acerca da importância do que preceitua a Lei de Execução Penal.

59 33 Ibidem.

A realização deste estudo foi de extrema importância, pois permitiu o aprofundamento acerca do sistema penitenciário em nível federal a partir do conhecimento prático de uma Policial Penal Federal lotada numa penitenciária federal há quase 14 anos.

Assim, foi possível concluir que o Brasil já encontrou a fórmula para construir um sistema prisional onde não haja problemas de superlotação, rebelião, fugas, descumprimento de preceitos legais, entre outros que assolam a maioria dos presídios estaduais e são constantemente mostrados pela imprensa (incluindo internacional).

O Estado precisa recuperar urgentemente o controle das prisões do país e não mais deixá-lo para facções criminosas. Felizmente, não é uma fórmula mágica ou que exige superpoderes para alcançá-la: acima de tudo, exige vontade política. A princípio, seria imperativo construir mais presídios e reestruturar os existentes. Na verdade, não seria uma tarefa de curto prazo e demandaria muitas adaptações, já que o SPF abriga poucos presos e o sistema estadual tem de lidar com uma realidade de aproximadamente 700 mil reclusos em todo país. Também não se pode olvidar da importância em se garantir maior visibilidade e foco nas políticas e ações de cidadania e nas alternativas penais.

Do exposto, conclui-se que o combate à criminalidade deve atuar em várias frentes. Quanto ao sistema penitenciário, é preciso investir fortemente em estrutura física, contratação de servidores e implantação de uma política que se destine a aplicar a lógica de integridade do SPF aos sistemas estaduais. Por outro lado, os investimentos em educação também se tornam imprescindíveis para a construção de uma base social mais sólida, com a consequente redução da desigualdade e aumento do interesse e da participação cidadã na política e nos rumos do país.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Elson Mesquita de. **A Inaplicabilidade da Lei de Execução Penal e seus reflexos sociais: o caso da rebelião de presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, na visão da imprensa.** Imperatriz, 2016. *E-book*.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1940]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 6.877, de 18 de junho de 2009.** Regulamenta a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, que dispõe sobre a inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima ou a sua transferência para aqueles estabelecimentos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6877.htm. Acesso em: 03 mai. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11348.htm#art4. Acesso em: 19 abr. 2023.
- BRASIL. Governo do Brasil. **Conheça o Sistema Penitenciário Federal**, 8 dez. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/12/conheca-o-sistema-penitenciario-federal>. Acesso em: 30 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 02 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.** Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Brasília, DF: Presidência da República, [1994]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em: 09 mai. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.792, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10792.htm. Acesso em: 29 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008.** Dispõe sobre a transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11671.htm. Acesso em: 03 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 718, de 28 de agosto de 2017**. Regulamenta a visita íntima no interior das Penitenciárias Federais. Disponível em: <https://www.diretohd.com/portaria718mjsp>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria nº 157, de 12 de fevereiro 2019**. Disciplina o procedimento de visita social aos presos nos estabelecimentos penais federais de segurança máxima e dá outras providências. Disponível em: <https://www.diretohd.com/portaria157-2019>. Acesso em: 04 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria MJSP nº 288, de 23 de janeiro 2023**. Regulamenta a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos Comissionados Executivos e das Funções Comissionadas Executivas do Anexo II ao Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mjsp-n-288-de-23-de-janeiro-de-2023-459687649>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL, **Secretaria Nacional de Políticas Penais**. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/SPF>. Acesso em: 19 abr. 2023.

GUIMARÃES, Mariana. Execução Penal: o que diz a Lei? Qual sua finalidade? **IDP on line**, 2020. Disponível em: <https://online.idp.edu.br/blog/direito-penal/execucao-penal/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

PCC lidera motim em 29 presídios de SP. **Memorial da Democracia**, 18 fev. 2001. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/pcc-lidera-motim-em-29-presidios-de-sp>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PRADO, Rodrigo Murad do. **Temas de execução penal**. Porto Alegre: Canal Ciências Criminais, 2019. *E-book*.

PRESÍDIOS brasileiros são “escolas de crime”, diz ministra. **IstoÉ**, 21 jan. 2016. Brasil. Disponível em: https://istoe.com.br/404596_PRESIDIOS+BRASILEIROS+SAO+ESCOLAS+DE+CRIME+DIZ+MINISTRA/. Acesso em: 10 mai. 2021.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. **Execução Penal no Sistema Penitenciário Federal**. Natal: OWL Editora Jurídica, 2020. *E-book*.

SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**, 6 out. 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_Penitenci%C3%A1rio_Federal. Acesso em: 30 abr. 2021.

UNODC: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (Regras de Nelson Mandela)**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 04 mai. 2021.

VELASCO, Ignácio Maria Poveda. Ordenações do reino de Portugal. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, 1994, vol. 89, p. 11-67.